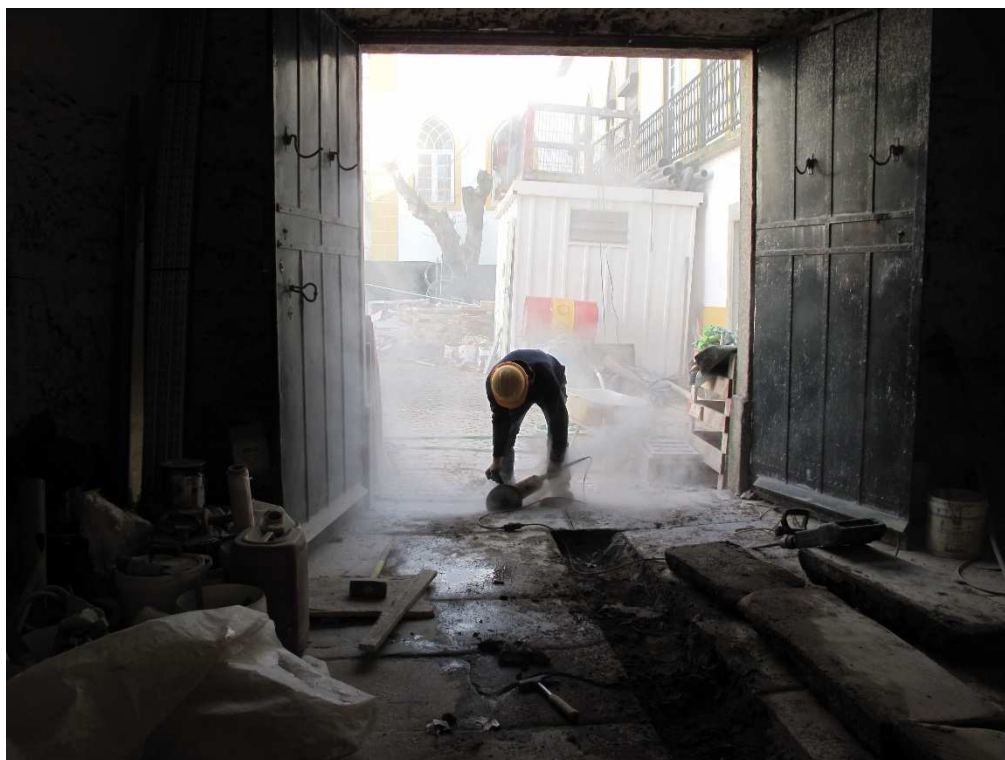


SCIENTIA ANTIQUITATIS



SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA
ARCHAEOLOGICAL SAFEGUARD

Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Junho de 2019

Volume: 1/ 2019

Capa: Trabalhos de salvaguarda no Palácio do Vimioso

(Foto: Leonor Rocha)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ lrocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

ÍNDICE

O IV ^o CIAT e o estado da Salvaguarda Arqueológica em Portugal Leonor Rocha e Gertrudes Branco	5
Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil) Maria Clara Costa	25
Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projeto ARQUEOSIA Filipa Neto e Catarina Costeira	57
Estratégias para a gestão da salvaguarda arqueológica: as cartas de risco do património arqueológico dos Açores José Luís Neto, Carlos Luís Cruz e Pedro Parreira	77
O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem Filipa Neto, Sofia Pereira, Isabel Inácio, João Almeida Filipe	95
Gestão e salvaguarda do património arqueológico: o caso da Universidade de Évora (Portugal) Leonor Rocha, Jorge de Oliveira, André Carneiro e Carmen Balesteros	113
Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaza (Cortegaça, Ovar). Um contributo na Arqueologia de Salvaguarda Gabriel Pereira, Gustavo Santos e Mauro Correia	153
E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre Susana Pacheco	183
A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural. Vantagens e quando utilizar: o caso dos recintos de fossos António Valera e Tiago do Pereiro	203
A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro Gertrudes Branco	217
Salvaguarda arqueológica em Monforte: Percurso e estratégias de intervenção (Monforte, Portalegre, Portugal) Paula Morgado	251

Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ) Adrian de Maan e João Tiago Tavares	295
A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de salvaguarda Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve	321
A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo das suas coleções osteológicas José Luís Neto, Joana Camacho e Pedro Parreira	331
Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica Ana Cristina Ribeiro	355
Acompanhamento: o <i>Cadavre Exquis</i> da prática arqueológica (portuguesa) Gabriel Pereira, Mauro Correia e Gustavo Santos	385
Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas Ana Cristina Ribeiro	415
Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014 Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco	447
Estratégias de recuperação e salvaguarda do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017 Manuel Luís Real, António Faustino Carvalho, Catarina Tente, Daniel de Melo Branco, Luís André Pereira, Pedro Sobral de Carvalho e Tiago Ramos	461
Balanço dos Incêndios de 2017: Região de Lisboa e Vale do Tejo Filipa Bragança, Gertrudes Zambujo e Sandra Lourenço	477
La combinación de la investigación con la protección del patrimonio arqueológico rural en la provincia de Salamanca: el caso de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca) M ^a de los Reyes de Soto García e Verónica Pérez de Dios	491

E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre

Susana Pacheco¹

Resumo

Em tempos conhecida como a Capital Industrial do Alentejo, Portalegre não foi imune ao processo de desindustrialização. Assim, coloca-se uma grande questão, o que fazer às antigas fábricas entretanto encerradas definitivamente?

Quando falamos da salvaguarda de património arqueológico-industrial não podemos esquecer que este apresenta características muito próprias, que dificultam a tarefa.

No caso de Portalegre a memória da indústria insiste em não desaparecer. Apesar das várias indústrias que aqui existiram, destacam-se os lanifícios e a cortiça.

Sabemos que é impossível preservar tudo, mas não deveria ao menos ser estudado? Ser alvo de trabalhos arqueológicos aquando das intervenções?

O que pretendemos é analisar algumas problemáticas associadas à salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre.

Palavras-chave: Património Industrial; Arqueologia Industrial; Unidades Fabris; Arqueologia Urbana

Abstract

Once known as Alentejo's Industrial Capital, Portalegre wasn't immune to deindustrialization process. So, a big question comes up, what to do with the old factories shut permanently?

¹ susanalfsdpacheco@hotmail.com

When we talk about industrial heritage safeguard, we can't forget that it has specific characteristics, that make this task difficult.

In Portalegre's case the industry's memory doesn't go away. Besides the several industries that existed here, we highlight the textiles and the cork.

We know it's impossible to preserve everything, but it shouldn't at least be studied? Shouldn't be object of archaeological works during interventions?

What we intend to analyse are some problematics associated to archaeological-industrial heritage's safeguard in Portalegre.

Keywords: Industrial Heritage; Industrial Archaeology; Factory Units; Urban Archaeology

1. Introdução

A cidade de Portalegre, actualmente bastante envelhecida e pouco desenvolvida do ponto de vista económico e industrial, sendo actualmente a menor capital de distrito do país, em termos populacionais, foi em tempos (segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX) considerada a capital industrial de todo o Alentejo. Tudo isto graças, essencialmente, a dois tipos de indústria, os lanifícios e a transformação de cortiça, havendo ainda outras actividades industriais de menores dimensões, entre elas as sedas, produtos alimentares, componentes automóveis, e outras.

No entanto, esta importante cidade industrial não sai ileza do processo de desindustrialização a que se assiste um pouco por todo o território português, caminhando de forma bastante rápida para a situação em que se encontra actualmente (a fábrica Robinson apenas encerrou portas há precisamente 10 anos).

A partir de 1772 assiste-se ao impulso/desenvolvimento da indústria em Portalegre, com a instalação, por decisão do próprio Marquês de Pombal (o que lhe vai valer a designação de Fábrica Real),

da manufactura de lanifícios no antigo Colégio de São Sebastião que, com a expulsão dos Jesuítas de Portugal em 1759 ficou “livre”, sendo nacionalizado.

Cerca de três quartos de século mais tarde, em 1848, é fundada em Portalegre a sua segunda grande indústria, a da transformação da cortiça (ainda que esta não fosse totalmente desconhecida na cidade, existindo já pequenas oficinas pelo menos uma década antes). É assim que, com a chegada da família Robinson, em particular de George William Robinson, de Inglaterra, Portalegre assiste a um segundo impulso na sua indústria, com a criação da Fábrica Robinson.

Com estas duas grandes indústrias perfeitamente implantadas em Portalegre, esta cidade alentejana testemunha um período áureo da sua história.

Ainda no século XIX, em data desconhecida, estabelece-se uma segunda unidade fabril dedicada aos lanifícios, que mais tarde, em 1939, se passa a designar por Fino's – Fábrica de Lanifícios de Portalegre (aquando da sua aquisição por esta notável figura portalegrense, o Sr. Guy Fino), que viria a ter uma importância significativa na economia e vida portalegrenses até aos inícios do século XXI sendo, a par com a Fábrica Robinson as principais empregadoras da cidade.

Como mencionado anteriormente, em Portalegre existiram ainda outras indústrias, mas que nunca atingiram a importância destas duas que aqui se abordam, pelo que não serão aqui analisadas, no entanto não podemos deixar de mencionar, ainda que de forma breve, a manufactura das tapeçarias de Portalegre, um dos produtos mais conhecidos da região.

A história desta manufactura começa exactamente um século depois da criação da Fábrica Robinson em Portalegre, em 1948, sendo que ao contrário das restantes esta continua a funcionar, mas numa pequena escala, com uma importância apenas simbólica e não económica.

Contudo nada dura para sempre, e qualquer uma destas três unidades que aqui se abordam se viu forçada a encerrar portas a dado momento da sua história. A primeira foi a Fábrica Real, em 1974 quando foi intimada a cessar as suas actividades pela Direcção Regional da Indústria, devido às deficientes condições das instalações, sendo relocizada, o que nos conduz à segunda unidade, a Fino's, que acaba por englobar as duas unidades fabris dedicadas aos lanifícios, desta cidade.

Esta segunda unidade, ou seja, a Fino's – Fábrica de Lanifícios de Portalegre encerra portas definitivamente num período bem mais tardio, já no início do século XXI, no ano de 2003. A partir desta data começa-se a assistir ao decréscimo da economia portalegrense assistindo-se, em 2007 ao encerramento de uma outra fábrica, a Johnson Controls (que, como mencionado anteriormente, não será aqui abordada, até por se tratar de uma indústria bem mais recente na região, sendo apenas uma dependência de uma multinacional americana) e dois anos mais tarde, em 2009, encerra portas a Fábrica Robinson, considerada por muitos “o último grande reduto da indústria portalegrense”.

A partir daqui, os principais sectores económicos desta cidade passam a ser a agricultura e os serviços, em particular a Câmara Municipal, que se apresenta actualmente como a principal empregadora, o que diz bastante sobre o estado de uma cidade.

Assim, actualmente debatemo-nos com uma grande questão, e para a qual não há uma resposta correcta ou consensual. O que fazer com estes edifícios que ficaram vazios/desocupados com o encerramento das unidades fabris que lá funcionaram?

É esta questão que pretendemos analisar ao longo deste artigo, esperando-se, no final, obter alguma resposta ou conclusão sobre um assunto tão complexo e delicado como este.

Quando falamos de património industrial, como o são os edificadoss ou complexos que costumavam albergar unidades fabris, temos de ter

em consideração as suas especificidades relativamente a outros conjuntos patrimoniais, destacando-se as suas enormes dimensões, que tanto podem ser vistas como um enorme entrave à sua preservação ou, por outro lado, como um grande impulso ao seu aproveitamento, uma vez que permitem a adaptação a uma série de outras utilizações, o que não se verifica de forma tão fácil/acessível com outros edifícios patrimoniais como os de carácter militar, por exemplo.



Figura 1. Colégio de São Sebastião/Real Fábrica de Lanifícios actualmente (Fotografia da Autora).

O primeiro edifício/complexo que iremos abordar é o do Colégio de São Sebastião/Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre (Figura 1). Inicialmente construído para alojar um colégio e igreja da Companhia de Jesús (Jesuítas), fundado em 1605. Este era constituído por dois corpos, a Igreja de São Sebastião, situada a Este, de maior volume, construída nos século XVI/XVII, seguindo a tipologia de Igreja-Salão e um segundo, o Colégio de São Sebastião, adossado à lateral da igreja para Oeste, estando provavelmente ainda em construção no início do século XVIII.

Já na segunda metade do século XVIII este edifício foi remodelado e adaptado, como mencionado anteriormente, passando aqui a funcionar a Real Fábrica que estava organizada em três pisos, o que demonstra que se tratava de um importante empreendimento manufactureiro, pensado com o rigor necessário a uma obra deste género (Matos, 2001: 99).

Obviamente que as necessidades de uma unidade manufactureira não eram as mesmas de um colégio religioso, pelo que tiveram de existir algumas alterações no edifício original, que passaram por algumas demolições, remoções, destruições, entaipamentos e aberturas de vãos e portas, entre outras.

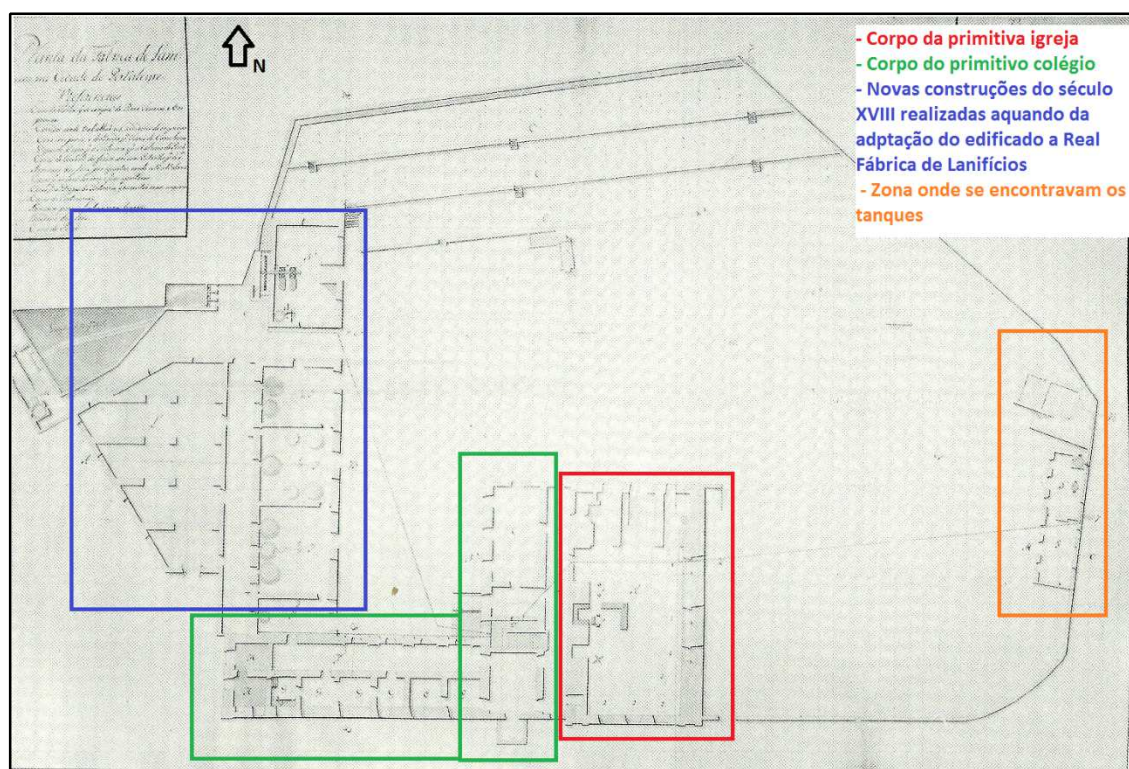


Figura 2. Planta da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre no século XVIII, com as várias áreas assinaladas. Esc. 100 palmos. BN, CO cx. 124 nº 138. (CUSTÓDIO, 1992: 306).

Além das alterações mencionadas brevemente, no século XIX houve ainda a necessidade de construir um novo edifício, a Este da primitiva igreja (Figura 2), provavelmente por falta de espaço na antiga fábrica, uma vez que esta teve um crescimento significativo nesta

época, tendo aumentado bastante a quantidade de maquinaria (Custódio, 1992: 324).

Este novo edifício, com mais de 50 metros de comprimento, consiste essencialmente numa grande nave com 11,5 metros até à altura do beirado e 17,5 metros à altura da cumeeira, dividido em três pisos, com praticamente 800m² em espaço aberto em cada um deles, a ainda um sótão, tendo o edificado uma área total de 2400m² (Tavares e Mendes, 2003: 24).

Pelas dimensões apresentadas nota-se o enorme potencial deste espaço para uma adaptação a novas funções aquando do seu término como unidade de produção.

Neste caso concreto essas características foram bastante favoráveis para a adaptação que aqui se verificou, tendo o presente edifício sido alvo de mais uma grande intervenção, já no século XXI, entre 2003 e 2005. Desta vez o projecto de recuperação e reabilitação do edificado tinha como objectivo a refuncionalização do mesmo para receber as instalações da Câmara Municipal de Portalegre.

No entanto, a reabilitação de um edifício histórico nem sempre é algo completamente positivo, e este é um desses casos, vejamos porquê. Neste projecto, os arquitectos tinham como objectivo primordial a restituição tipológica do edificado, ou seja, “devolver” o edifício o mais possível à sua estrutura espacial original sendo, para tal, necessário anular a sua fragmentação, sub-divisões e pisos intermédios (efectuada aquando da sua adaptação a unidade manufactureira), que os arquitectos classificam como “elementos de construção pobre” (Tavares e Mendes, 2003: 9).

Note-se que ao efectuar as alterações que foram aqui realizadas pelos arquitectos, estamos, pura e simplesmente, a anular, ou pelo menos a tentar anular, uma parte da história do edificado, que é algo que nunca se deve fazer aquando da intervenção num edifício histórico, pois não podemos pura e simplesmente eliminar uma parte da história só porque não concordamos com ela ou não achamos assim tão

interessante como outras que a antecederam, contribuindo isto para que o edifício histórico deixe de fazer sentido como um todo.

Acresce o facto de que na realização de obras de reabilitação de qualquer edifício histórico deve-se proceder sempre à elaboração de estudos prévios de arqueologia, não esquecendo também a arqueologia da arquitectura, o que aqui não se verificou em momento algum. Toda a obra foi feita sem qualquer acompanhamento arqueológico pois, como o edifício não estava (e continua a não estar) classificado, estes trabalhos não eram uma exigência imposta para a possibilidade da realização das referidas obras. Este aspecto tornou-se, de certa forma, conveniente, não só para os arquitectos, que tinham total liberdade de criar a partir da estrutura pré-existente sem que ninguém intereferisse no desenvolvimento dos seus trabalhos, mas também ao nível do financiamento, porque a não obrigatoriedade da contratação de uma equipa de arqueólogos também acaba por tornar o projecto menos dispendioso.

Obviamente considera-se que nada disto deveria ser possível, e que a intervenção num edifício desta natureza e com esta importância (estamos a falar talvez de um dos edifícios mais relevantes desta cidade) nunca deveria ser efectuada sem qualquer acompanhamento técnico especializado, de modo a que situações destas não se pudessem verificar.

Ainda relativamente à análise deste complexo da Real Manufatura de Lanifícios de Portalegre e à sua salvaguarda, considera-se importante referir a existência de uma cisterna considerada como “uma obra magistral da engenharia hidráulica manufactureira portuguesa da 2ª metade do séc. XVIII” (Custódio, 1992: 316), que servia para o abastecimento de água à fábrica através de uma levada e canalizações de cerâmica (desconhecendo-se a sua existência ou não na actualidade, devido à falta de intervenções arqueológicas nesta zona da cidade).



Figura 3. Cisterna/"Lago" da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre (Fotografia da Autora).

No entanto, apesar de se desconhecer a situação das canalizações, sabe-se que a cisterna ou lago (como era conhecida na época) ainda existe actualmente (Figura 3), estando por baixo de construções posteriores (designadamente um parque infantil), sendo propriedade da Câmara Municipal de Portalegre. Considera-se que este espaço que, de acordo com as plantas conhecidas da época da sua construção, terá uma configuração quadrangular com uma área que rondará os cerca de 426m² (Custódio, 1992: 317) está extremamente subaproveitado. Pensa-se que este espaço poderia ser utilizado esporadicamente para certas actividades culturais, tais como a sua abertura para visitas ocasionais contribuindo-se, desta forma, para a valorização e conhecimento do património da cidade de Portalegre pelos próprios cidadãos portalegrenses que, muitas vezes, desconhecem o seu próprio património.

Tratadas as questões relativas à salvaguarda (ou falta dela, em alguns aspectos) relativas ao edifício da Real Fábrica de Lanifícios de

Portalegre, passar-se-à agora à análise de um edifício, ou conjunto de edifícios bem mais complexo e envolvendo questões também elas muito mais complexas, a Fábrica Robinson.



Figura 4. Postal "Portalegre - Fábrica de Rolhas" da União Postal Universal, Edição de Bartholomeu da Guerra Conde. Coleção Particular. Disponível em: https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/search?country=¤cy=all&display_ongoing=ongoing&display_only=ongoing&ended_hours=&excluded_terms=&is_searchable_in_descriptions=0&is_searchable_in_translations=0&max_price=&min_price=&order=&search_mode=all&seller_localisation=&show_type=all&started_days=&started_hours=&term=portalegre&view=&page=13 (Consultado a 20/03/2019).

Esta fábrica fundada por um industrial inglês no final da primeira metade do século XIX aproveitou parte de um antigo convento, o Convento de São Francisco (o mais antigo da cidade, datado do século XIII), onde anos antes já se tinha instalado uma pequena oficina de transformação de cortiça de uma outra família inglesa, a família Reynolds (com uma grande ligação aos vinhos, nomeadamente na região de Estremoz). Estes aspectos terão facilitado a aquisição do espaço e de alguns terrenos envolventes por George William Robinson, de modo a poder desenvolver aqui uma fábrica de transformação de cortiça para rolhas (Figura 4), subsidiária da empresa que já detinha

em Halifax (Inglaterra) com os seus irmãos, a Robinson Brothers & Cork Growers Ltd.

Esta fábrica laborou, com apenas alguns pequenos interregnos, até ao ano de 2009, quando se viu forçada a encerrar definitivamente devido a uma série de questões bastante complexas e que continuam a afectar bastante a população portalegrense, principalmente aqueles que aqui trabalharam, alguns deles vidas inteiras, e que de um dia para o outro se viram sem nada.

Quando esta fecha definitivamente grandes questões/problemas se colocam, nomeadamente qual a utilização a dar a este gigantesco espaço, com uma área de sete hectares, englobando um conjunto de 12 edifícios que, devido à evolução urbanística de Portalegre a partir da segunda metade do século XIX e durante o século XX, a colocaram praticamente no centro da cidade.

É neste contexto e prevendo já o triste futuro que esta unidade fabril viria a ter (até porque tendo em conta que a unidade nunca foi modernizada, ou pelo menos não o foi desde os anos 1940, em termos arquitectónicos e de maquinaria, o seu futuro estava já traçado há algum tempo) que surge a Fundação Robinson, com o objectivo específico da “preservação do espólio arqueológico-industrial da Sociedade Corticeira Robinson Bros S.A. e de qualquer outro espólio cuja preservação lhe seja confiada”, como prevêm os seus estatutos (Gouveia ed., 2007: 57).

Assim, quando a fábrica encerra, em 2009, todo o complexo já pertence à Fundação Robinson, que o adquiriu em 2005, impedindo-se que este fosse vendido em lotes ou que os edifícios fossem demolidos para dar lugar a novas construções, fossem elas de que natureza fossem.

Na época o futuro do património industrial da antiga Sociedade Corticeira Robinson Bros. parecia bastante promissor, havia um projecto dos arquitectos Eduardo Souto Moura e Graça Correia para a total reabilitação do espaço (ainda que este seja discutível, como

veremos seguidamente), prevendo uma série de utilizações diversificadas que iriam certamente dinamizar o complexo e dar uma nova vida a toda a cidade. Desde espaços museológicos diversos, a uma Escola de Hotelaria e Turismo, passando por residências artísticas, auditórios, um centro de realidade virtual, um condomínio de luxo, espaços de lazer para a população, espaços onde as várias associações do concelho se pudessem instalar, restaurantes, estacionamento, zonas de espectáculos, entre tantas outras, tudo estava previsto neste projecto extremamente ambicioso (Figura 5).

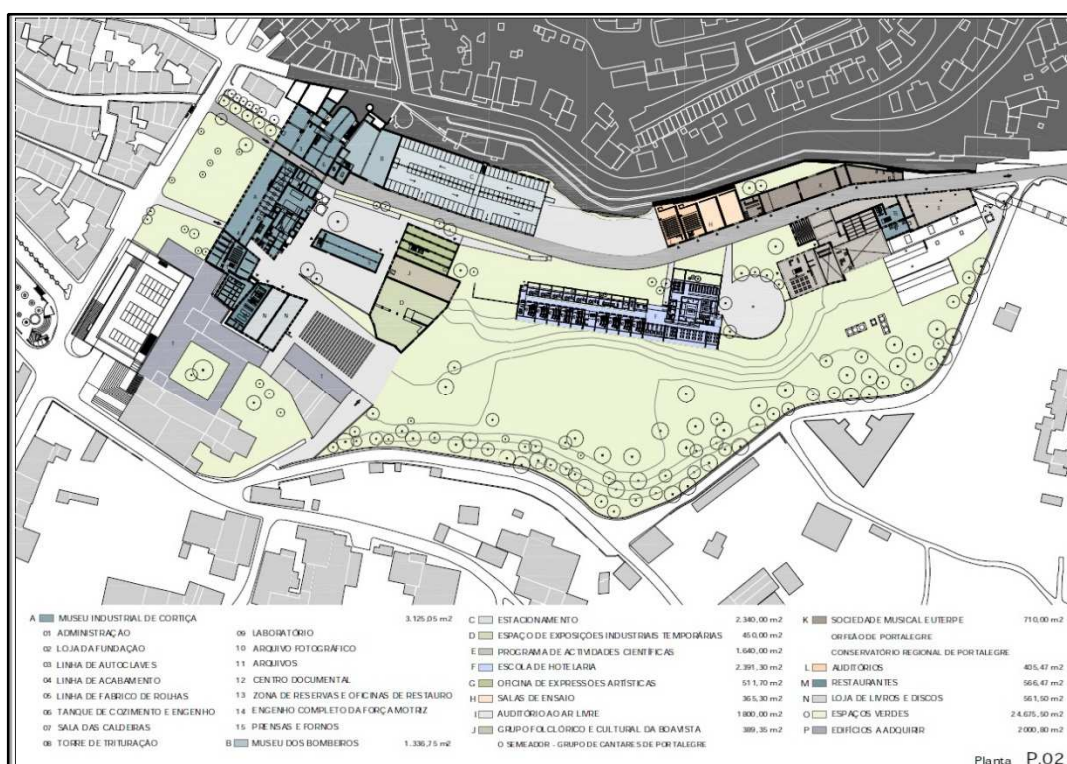


Figura 5. Espaço Robinson. Projecto dos Arquitectos Eduardo Souto Moura e Graça Correia. (Arquivo da Fundação Robinson).

No entanto, como referido, muito do que o arquitecto projectava é discutível do ponto de vista da salvaguarda patrimonial e do respeito pelas “pré-existências” (termo frequentemente utilizado pelos arquitectos que reabilitam património), ou seja, pelo edifício histórico. De acordo com este projecto alguns edifícios teriam de ser demolidos, pois na sua óptica não valorizariam o espaço, ou seriam dispensáveis, para a criação de espaços verdes; seria rasgado um vão na fachada

principal, de modo a abrir uma rua direita que ligasse os dois extremos da fábrica, sem se verificar o impacto que isto teria no património, pois inclusive este novo vão iria destruir o único tanque de cozer cortiça sobrevivente do conjunto de pelo menos três que em tempos terão existido nesta fábrica, de acordo com a iconografia (Planta Geral das Instalações Fabris da Sociedade Corticeira Robinson Bros. SARL de 28 de Fevereiro de 1956 - Arquivo da Fundação Robinson) (Figura 6).

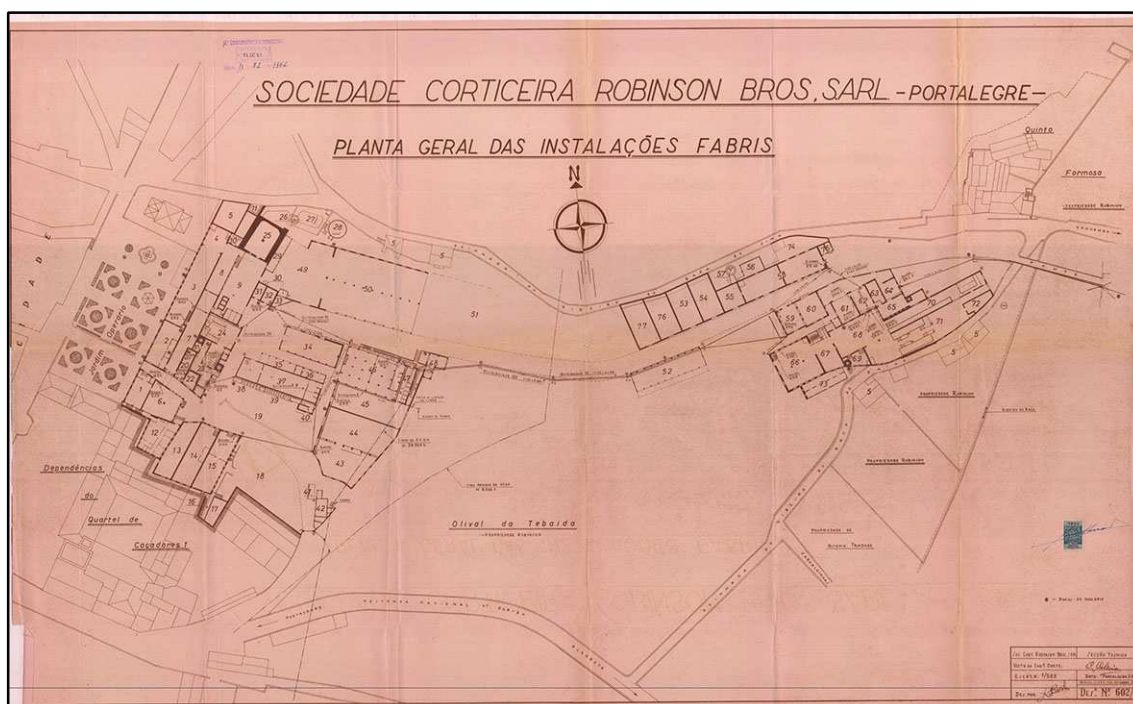


Figura 6. Planta Geral das Instalações Fabris da Sociedade Corticeira Robinson Bros. SARL de 28 de Fevereiro de 1956 (Arquivo da Fundação Robinson).

Todavia, já se passaram treze anos desde a elaboração do projecto de reabilitação do Espaço Robinson e ao entrarmos no complexo, rapidamente percebemos que ainda muito pouco foi feito, havendo ainda um longo caminho a percorrer para que esta importantíssima unidade fabril na região possa ter o futuro que merece. Com excepção da Escola de Hotelaria e Turismo (que envolveu a demolição de parte do edificado do complexo – mais particularmente um edifício de escritórios – por exigência do autor do projecto); do centro de realidade virtual (ICTVR), actualmente fechado e que pouco tempo

chegou a funcionar, sendo que a maior parte das salas deste edifício não chegaram sequer a ser estreadas; de um auditório construído de raiz, inspirado num dos peneiros vibratórios associados à trituração da cortiça (mas sem quaisquer condições de segurança – note-se, por exemplo, a inexistência de uma saída de emergência eficaz ou de acessos para pessoas de mobilidade reduzida); e de um parque de estacionamento, o resto do complexo continua por intervir.

No ano de 2012 assistiu-se à classificação do Espaço Robinson (Fábrica Robinson e Igreja do Convento de São Francisco) e do Convento de São Francisco propriamente dito, como Conjunto de Interesse Público o que, de certa forma, acaba por proteger, ainda que por vezes mais na teoria do que na prática, todo o complexo, pois se até aqui tinha sido possível fazer as obras previstas no projecto apenas seguindo as vontades do arquitecto, a partir daqui a situação altera-se, sendo necessário pareceres da tutela (DGPC) para a realização de qualquer intervenção no espaço, assim como o respectivo acompanhamento técnico, ou pelo menos assim o deveria ser. Todavia, isto nem sempre se verifica, como o atesta a demolição de um edifício deste complexo, sem qualquer parecer ou acompanhamento, no início deste ano, o que originou uma grande polémica na cidade.

Salienta-se ainda a falta de acompanhamento arqueológico nas intervenções já realizadas no espaço, com excepção para a Igreja de São Francisco, onde de facto ocorreram escavações (mas cujos materiais continuam armazenados num dos espaços da fábrica, por estudar) e de uma parte exterior do Convento de São Francisco, aquando da construção de um parque de estacionamento subterrâneo. No entanto, para o património industrial, que é o principal foco do artigo que se desenvolve, assiste-se a uma total inexistência de trabalhos arqueológicos, com excepção do inventário sistemático de toda a maquinaria existente no espaço.

Há ainda muito trabalho pela frente para que se possa compreender em pleno o conjunto de edifícios aqui existente e que

deveria ser feito antes que fosse demasiado tarde, pois à velocidade a que o património se está a deteriorar e sem as medidas de salvaguarda ou intervenções que deveriam ser efectuadas e não são (questionando-se se estas virão sequer a ser realizadas com a brevidade necessária). Acredita-se que, infelizmente, este conjunto patrimonial não terá uma vida muito mais longa, havendo inúmeras situações de perigo um pouco por todo o conjunto, pelo que se reforça a necessidade urgente do seu estudo, antes que se perca toda a informação que ele nos pode fornecer, e sem a qual desaparece uma grande parte da história recente da cidade de Portalegre.

Não se defende a musealização integral do espaço, até porque se acredita que esta não deve ser a principal solução para a salvaguarda do património arqueológico-industrial, por motivos óbvios de logística e financiamento. Deve-se sim optar uma reabilitação e refuncionalização dos espaços, de modo a que a população possa usufruir deles, pois temos a plena consciência que vivemos numa sociedade em que os museus não são tão visitados como se desejaria, principalmente numa cidade com as características de Portalegre, completamente afastada dos grandes centros urbanos e consequentemente dos grandes pólos turísticos do nosso país. Assim, acredita-se que a solução deveria passar pela adaptação do espaço a novos usos, tais como sedes de empresas, como por exemplo start-ups, ou outros usos rentáveis, tendo sempre em atenção a preservação do património imóvel, móvel e arquivístico, que jamais pode ser descurado, permitindo-se desta forma uma auto-subsistência que irá, em simultâneo, facilitar a concretização de intervenções de reabilitação e preservação do espaço.

O último exemplo que se irá aqui abordar também é algo complexo. Trata-se da Fino's – Fábrica de Lanifícios de Portalegre, fundada em 1939, como mencionado anteriormente e que permaneceu em laboração até ao início do século XXI, mais precisamente ao ano de 2003.

Contudo a história de uma fábrica de lanifícios neste local, conhecida então como “Fábrica Pequena”, é bastante mais antiga, remontando ao século XIX. Ainda que não se saiba a data da sua fundação, sabe-se que esta foi adquirida pelo industrial George Wheelhose Robinson (filho do fundador da Fábrica Robinson) no ano de 1897 ao Sr. António Francisco Ribeiro Ferreira, tendo permanecido nas suas mãos até ao ano de 1920, quando foi vendida ao Sr. José d’Oliveira Meca. Convém aqui mencionar que esta poderosa família inglesa possuiu também (adquirida no ano de 1897) a Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre, conhecida na época como “Fábrica Grande”, assim como a cisterna/“lago” e todas as nascentes e canalizações que abasteciam ambas as fábricas (Cf. Venda que fazem os Snrs. George W. Robinson e esposa ao Snr. José d’Oliveira Meca por 300\$000\$00).

Quando esta fechou (2003), à semelhança da Fábrica Robinson, passou por um processo de insolvência complicado, sendo actualmente propriedade privada, mas estando de certa forma algo abandonada, com excepção de uma pequena parte logo junto da entrada, que foi cedida ao Banco Alimentar Contra a Fome de Portalegre.

Todavia, apesar do processo de encerramento ser relativamente parecido, esta unidade fabril teve “mais azar” do que a corticeira, na medida em que ficou vazia, ou seja, sem o enorme conjunto de espólio (maquinaria, outros bens e os arquivos) que em tempos a integrava e que lhe conferia a sua identidade. Felizmente existem vídeos datados do ano 2000 (disponíveis no Youtube), que nos permitem, de certa forma, observar as máquinas lá existentes e entender o seu funcionamento.

Actualmente não existem quaisquer previsões para dar uma nova vida a este espaço, até porque o processo de insolvência ainda não parece estar completamente resolvido, sendo estas sempre questões bastante complicadas de solucionar.

Considera-se lamentável se este espaço não for aproveitado, tratando-se de um espaço com uma área significativa (Figura 7),

extremamente bem localizado na cidade de Portalegre, numa zona bastante central, o que lhe confere um potencial enorme.

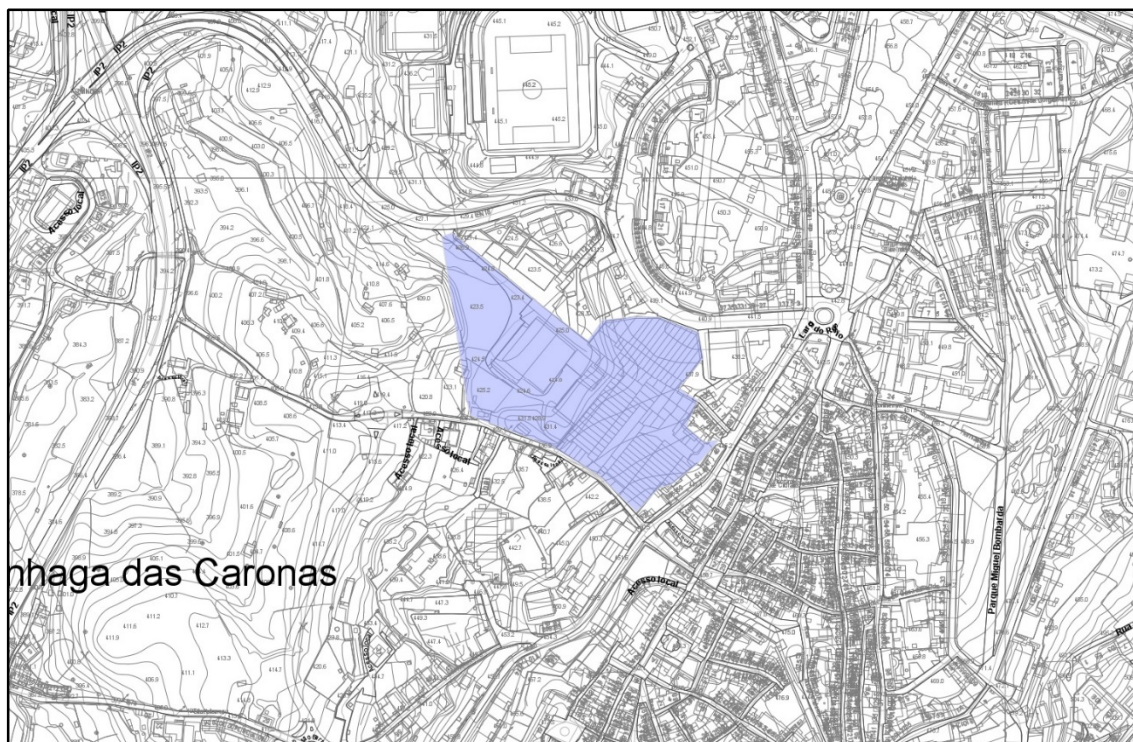


Figura 7. Área ocupada pela Fino's - Fábrica de Lanifícios de Portalegre (Arquivo da Câmara Municipal de Portalegre).

Assim, considera-se que este espaço, tal como o da antiga Fábrica Robinson poderiam representar um papel fundamental no desenvolvimento de Portalegre, podendo inclusive ser um estímulo ao desenvolvimento da sua economia e que esta cidade tanto necessita. Vejam-se alguns casos de sucesso, como o do Fundão, que soube refuncionalizar o seu património entretanto desactivado, tendo-se tornado num dos principais pólos do nosso país no que concerne à área das tecnologias e não só. Actualmente esta pequena cidade do interior do nosso país é a sede de variadíssimas Startups, algumas delas multinacionais. Dito isto, considera-se que Portalegre poderia ter um futuro semelhante, se se alinhassem as vontades e alguns investimentos necessários fossem efectuados.

Vários aspectos podem ser apontados para que o património industrial não seja reabilitado como deveria, salientando-se, obviamente, os aspectos financeiros, pois logicamente a

refuncionalização de espaços com estas características e dimensões acarreta custos elevadíssimos, no entanto estes não são os únicos factores a dificultar a tarefa.

Ao contrário de outros edifícios históricos de épocas mais recuadas, o património industrial continua bastante presente nas memórias das populações que lá trabalharam, por vezes vidas inteiras, e que aquando do encerramento das unidades, em muitos dos casos, perderam a sua única fonte de rendimento. Nestes casos em particular, da cidade de Portalegre, essas situações são flagrantes, sendo frequente dizer-se que nesta cidade toda a gente tem algum tipo de ligação à Robinson, à Lanifícios ou a ambas.

Estas questões levantam imensos problemas, pois a população apresenta alguma reticência à mudança, pois têm a memória do tempo que passaram nesses locais. Independentemente dos tempos difíceis que muitas vezes lá passaram, esses sítios, ou seja, as unidades fabris, não deixam de fazer parte das suas histórias e memórias, o que por vezes dificulta o processo de reabilitação e refuncionalização dos edifícios, sentindo-se isso particularmente em comunidades pequenas e fechadas como a portalegrense.

Apesar de já terem sido realizadas algumas intervenções no que diz respeito à salvaguarda do património industrial da cidade de Portalegre, há ainda um longo caminho a percorrer e alguns aspectos que, infelizmente, devido às intervenções sem o devido acompanhamento técnico, nunca mais poderão ser recuperados.

Assim, resumidamente, considera-se que o património arqueológico-industrial da cidade de Portalegre poderia ter um papel crucial no desenvolvimento desta cidade. Contudo, nunca se podem descurar os aspectos relacionados com o seu estudo e salvaguarda, pelo que aquando das possíveis intervenções a realizar nos referidos espaços, é fundamental o cumprimento da lei, ou seja, a obtenção de um parecer favorável da tutela e o acompanhamento técnico especializado, nomeadamente por arqueólogos, se necessário

conservadores-restauradores, ou até outros técnicos que se considere relevante, de forma a recolher/registar (caso não seja possível preservar in situ) toda a informação que estes espaços têm para nos transmitir.

Bibliografia

CUSTÓDIO, Jorge (1992) – “A Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre. Algumas achegas iconográficas e documentais”, in *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre. Portalegre: Edições Colibri. Nº7 (Nova Série), 283 – 331.

GOUVEIA, António Camões, ed. (2007) – *Publicações da Fundação Robinson Nº 0. Para a história da Fundação*. Portalegre: Publicações da Fundação Robinson.

MATOS, Ana Cardoso (2001) – “A Indústria dos Lanifícios no Alentejo (finais do século XVIII a finais do século XIX)”. *Ler História*. Lisboa: [s.n.]. Nº40, 95-125.

TAVARES, Jorge Catarino e MENDES, Fernando Sequeira (2003) – *Câmara Municipal de Portalegre. Real Fábrica de Lanifícios – Projecto de Execução. Recuperação e Reabilitação para Centro de Monitorização Ambiental, Serviços Municipais e Serviços Municipalizados*. Lisboa: [s.n.].

Fontes:

Afonso Armando de Seixas Vidal (1920) - Venda que fazem os Snrs. George W. Robinson e esposa ao Snr. José d'Oliveira Méca por 300\$000\$00. Escritura de Venda. Arquivo Distrital de Portalegre: ADPTG, CNPTG07, mc. 10, liv. 65, fl. 6v.-9v.